

PT freará importações

GEORGE ALONSO

SÃO PAULO – Restrição às importações predatórias é uma das metas da política industrial de Luiz Inácio Lula da Silva, que será anunciada hoje, em ato na sede do PT que terá a presença de empresários. O documento defende fim da importação de supérfluos, redução das taxas de juros, volta das câmaras setoriais e criação do Conselho de Política Industrial e Comércio Exterior. “Vamos reerguer a indústria brasileira que está destruída”, disse o economista Jorge Mattoso, coordenador-ajunto do programa de Lula.

O economista Guido Mantega, professor da Fundação Getúlio Vargas e integrante da equipe responsável pelo programa, disse que a restrição às importações não significa fechamento da economia. “Não vamos abrir indiscriminadamente, como se faz agora. Vamos fazer o que outros países fazem, mas não dizem que fazem”, afirmou, citando os subsídios da França a seus produtos agrícolas e as barreiras alfandegárias dos Estados Unidos à importação de calçado brasileiro.

Outro ponto importante trata das taxas de juros. O PT pretende redu-

zir imediatamente a TJLP (taxa de juros de longo prazo). “Essa pode ser reduzida de cara, porque não paga organismos externos”, disse Mantega, sobre as taxas do BNDES que financiam implantação e reestruturação industriais.

Atualmente, as taxas variam de 10,5% a 12%. O PT defende a redução para a faixa de 3% a 4%, para que o BNDES passe a financiar prioritariamente pequenos e médios empresários. Segundo Mantega, isso representaria subsídio da ordem de R\$ 1 bilhão ao ano. “Não é nada em comparação ao Proer”, lembrou.

Em relação à TBC (taxa básica de crédito), hoje em torno de 19,7%, os economistas do PT não fazem referência no plano, porque depende da conjuntura internacional. Mas defendem sua redução bem gradual. O motivo é simples: a TBC remunera os títulos do Tesouro Nacional e os aportes financeiros externos. Além disso, serve de base para o comércio.

“Alteração forte pode provocar fuga de capitais”, disse Mantega. O economista acha ideal uma taxa em torno de 12%. Para isso, seria necessária a desvalorização cambial, “até um patamar que reequilibre a balança comercial”.